

Revisão do ACT concluída

Face à intransigência das instituições de crédito (IC), o MAIS decidiu concluir a negociação de revisão do ACT. O Conselho Geral autorizou a Direção a outorgar o acordo, que prevê um aumento nas tabelas de 0,3% e alguns benefícios no clausulado.

O Conselho Geral de hoje, dia 15 de dezembro, autorizou a Direção a outorgar a revisão do ACT do Setor Bancário.

Chegado este momento, em que os sócios aguardam a atualização da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, e sem se vislumbrar evolução por parte das IC na sua postura de recusa em alterar outras matérias, o MAIS Sindicato decidiu encerrar o processo negocial, colocando à apreciação dos conselheiros os benefícios conseguidos.

Assim, o Conselho Geral autorizou a Direção a outorgar a revisão do ACT nos seguintes termos:

- Aumento de 0,3% nas tabelas e cláusulas de expressão pecuniária;
- Aumentos superiores:
 - Subsídio de refeição, cujo valor passa a ser de 9,72€;
 - Subsídio de Natalidade, que sobe para 800,00€;
- Nos subsídios de natalidade, infantil e de estudo ambos os progenitores bancários têm direito a recebê-los, exceto se os dois forem trabalhadores da mesma instituição – até agora apenas um tinha direito a essas prestações

Intransigência

Recorde-se que esta foi uma negociação muito difícil. A proposta do MAIS visava a atualização da tabela salarial, das mensalidades e das pensões, bem como das cláusulas de expressão pecuniária e outro clausulado, alicerçando-se no momento económico e social do País e nas perspetivas de evolução da economia em geral e, em particular, do sector bancário, disponíveis em janeiro de 2020.

Mas no início do processo negocial, as IC subscritoras do ACT do Setor, fundamentadas na situação pandémica que então começava, responderam não haver condições para contrapropor qualquer aumento da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária e, com o mesmo pretexto, não aceitaram as alterações de clausulado propostas pelo Sindicato.

Chegado o final do ano e sem perspetiva de evolução, o MAIS encerrou o processo negocial – mas tal não significa que desiste de continuar a insistir na modernização e aperfeiçoamento do ACT, pugnando por melhorar as condições de trabalho dos bancários.

A Direção

